

O PROFESSOR PEDAGOGO: SUA HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DE UMA PRÁXIS TRANSFORMADORA

Florinda Santos – GEPFHE - UEPG

Janete A. Bartoski Laroca dos Santos – GEPFHE - UEPG

Modalidade: Comunicação Individual

Eixo Temático 2 . História da profissão docente e das instituições escolares

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou facilitar a compreensão do papel do pedagogo, isto é, do professor que é portador de um diploma de um Curso de Pedagogia, professor que, na contemporaneidade, pretende afirmar-se como elemento mediador e articulador de uma práxis pedagógica voltada para interdisciplinaridade e comprometida com a transdisciplinaridade. A análise do tema consiste no cerne deste trabalho. Tomam-se em consideração questionamento, conflitos e paradoxos na práxis de coordenadores, que se espera comprometidos com uma educação de qualidade, a fim de viabilizar homens conscientes e críticos, capazes de se assumir como sujeitos da história e prontos a agir para transformar o contexto em que vivem. Como referencial teórico, a visão crítica da organização social e da educação, em Marx e em notáveis expoentes do marxismo, como é Gramsci principalmente. Esta pesquisa levou a uma reflexão sobre a real importância do Curso de Pedagogia e da formação do pedagogo enquanto objeto de conhecimento. O Curso de Pedagogia foi instituído no Brasil em 1939, pelo decreto-lei 1190, depois de organizado pela Faculdade Nacional de Filosofia (LIBÂNEO, 2002, p. 16). No campo conceitual, num referencial crítico, são analisadas as problemáticas seguintes: as possibilidades e perspectivas da pedagogia como ciência da educação e as mediações históricas entre epistemologia e práticas. O presente trabalho conecta investigações sobre atribuições e tarefas: ora pedagogo, ora especialista, ora professor-pedagogo. Busca facilitar o diálogo das instituições envolvidas nas lutas pela reestruturação do Curso de Pedagogia no Brasil e no Estado do Paraná. No quadro desta investigação, também cabe analisar o problema, contemporâneo, a respeito de distinguir ou não entre generalismo e habilitações, multiqualificação e especialização, pedagogo e professor. E cabe analisar a

questão ideológica, tomada aqui no sentido pejorativo, em torno ao termo professor-pedagogo (VASCONCELLOS, 1999, p. 16)

2. O PEDAGOGO E O CURSO DE PEDAGOGIA NO CENTRO DE UM CONFLITO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Pretende-se, num primeiro momento, contemplar a função do pedagogo no contexto escolar, isto é, em situação de micro-sistema como também de macro-sistema, a grande sociedade. E igualmente contribuir para uma prática pedagógica comprometida com a transformação social, e para a revisão sobre o trabalho educativo num sistema capitalista que alimenta e fomenta a desigualdade social.

A pesquisa tratou, basicamente, dos desafios colocados ao profissional pedagogo na área da educação, na qual ele se defronta com perguntas sobre o seu papel nos espaços escolares e extra-escolares, sobre o ser articulador de interesses libertários e não alguém que domina ou impõe a partir de algum processo contra-hegemônico igualmente suspeito, sobre sua aptidão a enfrentar estruturas opressoras ou a perpetuá-las.

2.1. Problematização e jogo de interesses

Discutir a respeito do pedagogo é tarefa difícil, e, muitas vezes, até surge o risco de equívocos, se consideradas as muitas interferências de diferentes políticas educacionais envolvidas na interlocução. O trabalho pedagógico sempre se situa no meio de um conflito ideológico, que interfere de forma preponderante na vida escolar. O pedagogo continuará sendo visto simplesmente como aquele que detém um poder junto à direção, caso não tenha consciência, ele mesmo, de seu verdadeiro papel de elemento mediador e articulador do conhecimento, e caso não compreenda em profundidade a sua relação com os pares da escola.

Também os interesses, interesses de classes antagônicas, na sociedade capitalista, trazem sérias implicações político-ideológicas. O próprio Estado é formado, de fato, em cima de interesses de classe, ou seja, é dominado pela classe mesma que detém o poder econômico e político. Daí que, dentro do Estado, ficando mais facilmente preteridos os objetivos da classe proletária, acontece como que uma perpetuação da hegemonia da classe burguesa ou de uma sua fração.

Tendo-se aceitado que o Estado é, o mais das vezes, tomado por uma classe social que domina os trabalhadores, consta ainda que tal dominação não se dá sem graves conflitos de classe. Sempre reaparece a contradição fundamental entre capital e trabalho.

Os pedagogos, por pertencerem a uma área de atuação não material, de algum modo podem ser chamados de trabalhadores intelectuais, e por isso mesmo são envolvidos no jogo das contradições que marcam a relação capital-trabalho.

É relevante que algumas categorias teórico-metodológicas sejam analisadas: basicamente as três principais do materialismo histórico e dialético, sistematizado por Marx.

A historicidade é uma dessas categorias. Significa a transitoriedade dos fatos. Ou seja, toda significação só se dá a partir da leitura da realidade social e quando o mundo é entendido como conjuntura específica concreta. Compreender a historicidade é de fato muito necessário, para entender o movimento real e as mudanças que acontecem em função dos interesses do capital que estão em jogo.

A segunda categoria é a da totalidade, que trata de como entender a formação social. Na perspectiva da totalidade, significa compreender o seu papel numa síntese de múltiplas determinações que podem ser: materiais, econômicas, ou conforme os modos de produção, em relações que são extremamente imperiosas.

A terceira categoria é a da contradição ou da unidade dialética; ela possibilita reconhecer os contraditórios, superar a lógica formal, e impele a uma lógica de confronto. É no espaço da contradição que se travam as lutas de resistência, e nestas o pedagogo, mesmo que carregando o peso de muitas e diversas preocupações, se torna um mediador, no sentido de ser um elo entre as classes exploradas e dedicadas ao enfrentamento.

Essas análises, como apresentadas acima, forçam o pesquisador a defrontar-se com o problema do perfil do pedagogo, conexo com outro problema mais incisivo, o da concepção de pedagogo num mundo em que os interesses preponderantes são os do mercado capitalista. Nada mais significa do que a posição de um problema teórico-prático, o da estrutura e arquitetura do Curso de Pedagogia.

2.2. Novo Curso de Pedagogia, novos cargos e novas hierarquias

A escola tem sido usada pela estrutura do Estado como espaço de dominação. Na sua história, de certa maneira, a escola foi usada como garante da hegemonia de grupos de dominação. Assim, a escola permanece firme naqueles locais onde as pessoas não

percebiam como ela mesma termina fadada a se transformar, de um ideal agente educacional, num dos mais “apreciados” fatores da manutenção de interesses grupais.

A partir dos anos 80, com a expansão de diversos movimentos sociais e populares em defesa das crianças e dos adolescentes, se iniciou uma luta de enfrentamento baseada teórica e praticamente no marxismo. No sentido da resistência às forças conservadoras do *status quo*, em visão crítica, foram fortes as influências de Marx, de Gramsci, de Althusser. O sentido era o de que a escola tomasse consciência da sua condição de espaço reprodutor de inaceitáveis dominações. Via-se que ela, ao invés, poderia ser o espaço de lutas contra grupos hegemônicos que, não por acaso, se apoderaram do Estado. A escola deixaria de ser o espaço da formação para a submissão, fazendo-se o lugar da autoconstrução e da construção de trabalhadores conscientes, jovens e adultos autônomos e responsáveis.

Admitidos tanto a explicitação das contradições, como o movimento dinâmico da história, se popularizou a outra categoria, a da ruptura, bem compreendida a partir das concepções críticas de totalidade.

A análise histórica do surgimento do pedagogo, isto é, da figura do egresso diplomado num Curso de Pedagogia, se vem percebendo que muito dos fundamentos de sua formação foi calcado segundo interesses político-econômicos e inculcação ideológica. Esses interesses encontraram forte expressão no movimento ditatorial de 1964; a ditadura prejudicou, no Brasil, melhor inserção dos elementos de ruptura engendrados em 1968, a partir das barricadas da juventude francesa, elementos que, certamente favoráveis às massas trabalhadoras, muito positivamente teriam influenciado para uma formação crítica do pedagogo.

O movimento tecnocrático-educacional que monitorou a ditadura pós-64 incrementou um modelo de pedagogo que atenderia aos interesses do Estado, e prescreveu a hierarquização de diversas funções: administração, supervisão, planejamento, inspeção escolar etc. O sistema de governo contribuía com a dominação nos diferentes escalões e instâncias, favorecendo que se buscasse subjugar consciências, ou congraçar-se com as consciências subalternizadas, isto é, as pessoas pouco dispostas a abraçar o dinamismo da história, ajudar a explicitar contradições e encaminhar-se para a ruptura.

Até então, não estavam postas as habilitações. Nesse contexto histórico, os fundamentos dessa formação eram extremamente reprodutivistas e submissos à lógica do mercado, que apresentava o sistema e o definia. Também o trabalho do pedagogo, na área profissional, tinha de adequar-se à tal lógica do mercado.

A formação do pedagogo, naquele momento, como a formação do supervisor, era voltada para as funções hierárquicas e articulada à direção da escola; era formação obtida através da formação universitária e das práticas na escola.

Quanto ao trabalho social da escola, se fez uma divisão segundo o modelo taylorista-fordista. O diretor era um dirigente biônico – isto é, designado pelo sistema –, pois não havia eleição, e o supervisor trabalhava em comum acordo com o diretor para assegurar o poder. Ao repassar de qualquer parcela de poder, ficava assegurado o controle. Era o predomínio da visão policialesca, tanto na formação quanto na atuação do “dividir para reinar”. A divisão da sociedade aumentava cada vez mais.

Embora muitos lutassem, o tempo todo, dentro das escolas, contra a hegemonia do sistema, havia os co-partícipes que gostavam de tal poder. O poder é sedutor, afinal.

Nesse contexto é que foi construído o conceito sobre o pedagogo. Por um lado, o pedagogo era pouco popular, não era solidário. Por outro lado, era alguém que “sabe mais”. Vários fatores influíam, portanto, para gerar-se o termo “especialista”. E o pedagogo era formado para não estar mais na sala de aula, mas para dirigir e controlar o que acontecia na sala de aula, numa forte diferenciação diante dos pares.

Ao iniciar-se a década de 80, vão surgindo movimentos contestatórios. Aparecem produções acadêmicas importantes, da pena de Saviani e de alguns outros, que propõem o resgate de uma posição mais unitária sobre o pedagogo.

Iniciam-se reflexões calcadas especialmente no marxismo. Buscam-se respostas a perguntas como estas: “qual o perfil do pedagogo?”; “qual a função do pedagogo?”. Concretizações mais significativas, somente serão detectadas após a tardia anistia política, mas alguns avanços se foram logo afirmando: as discussões sobre as habilitações, a gradual mudança para a visão de totalidade, a análise, o reexame da ação cotidiana, avanços que valiam tanto para a escola quanto para a formação dos cursos.

2. AS LUTAS PARA A REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA NUMA PERSPECTIVA DIALÉTICO/CRÍTICA

Com a promulgação da nova Constituição, em 1988, as instituições formadoras começaram a ter mais liberdade para propor um Curso de Pedagogia bem reformulado. A partir dos anos 90, mais para o final da década, as propostas para a formação de pedagogos começaram a discutir e a trabalhar com a idéia do unitário. Proposta na qual está bem

presente o conceito político. Nas escolas não se discute apenas sobre o projeto pedagógico, sobre modelos pedagógicas, mas sim sobre o Projeto Político-Pedagógico.

Defende-se, neste momento, a formação de um pedagogo em cuja atuação os eixos de docência, organização dos processos formativos escolares e não-escolares estejam indissociados e hierarquizados. A pesquisa seria o meio de levar à produção e à difusão de um conhecimento comprometido com a sociedade inteira.

O documento, reformulado em 1999 pelas entidades, tem avanços, mas também oferece os riscos de recuos; no entanto, aparecendo bem definido um eixo epistemológico.

Nesse documento, consta que a base da formação do pedagogo é a docência. Há uma tentativa de enfrentar e organizar o novo perfil do pedagogo.

Em 1999, foram apresentados documentos ao CNE para que se reproduzisse a Resolução, definindo as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Pedagogia. Eles continham vários modelos.

Como é de conhecimento, no CNE há setores que defendem a formação de professores e supervisores em outros cursos que não o de Pedagogia. Por exemplo, sugerem os Institutos Superiores de Educação, os quais poderiam atender às exigências do Plano Decenal de Educação (1996-2006) de qualificar professores para atuar nas séries iniciais.

Medidas de “aligeiramento” já ocorriam desde 1960. Já se encontravam ativas as políticas neoliberais que atingiram a hegemonia sob os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. Então, o Estado “mínimo” adotou políticas básicas cada vez mais reduzidas, e, inclusive, eximiu-se da responsabilidade de manter as universidades públicas. Vieram Institutos Superiores de Ensino Privado para atender o mercado. Atualmente, a política neoliberal ainda defende a certificação rápida, facilitando a criação de cursos rápidos. É imposição do Banco Mundial. Para atender a demanda do mercado, os Institutos Superiores são fazer pesquisa nem extensão; o objetivo é formar profissionais “dadores” de aulas. Em 1999, essas entidades ainda buscavam um perfil mais sistematizado para a Pedagogia, e chegavam à elaboração de uma proposta nacional. Alguns eixos foram articulados num documento entregue ao Conselho Nacional de Educação. O documento se perdeu nalguma gaveta: a idéia privatista privilegiou a legislação – também prevista na LDBEN – atinente aos Cursos Normais Superiores.

Em março de 2005, a minuta da Resolução foi emitida, e um anexo dizia da disposição para recolher, pela Internet, opiniões e propostas, aliás numa flagrante ignorância do analfabetismo digital da população. Através dessa iniciativa, que tratava do

Curso de Pedagogia e do Normal Superior num único documento, sofria uma berrante simplificação a questão da formação do pedagogo e era atribuído *status* elevado ao Curso Normal Superior; este alcançava o mesmo *status* da Pedagogia por medida de lei.

O perfil do pedagogo nos dias de hoje tem sido a preocupação constante de educadores comprometidos com o trabalho pedagógico. Selma Garrido Pimenta e José Carlos Libâneo têm debatido a respeito da temática do papel do pedagogo e da pedagogia e são parâmetros de análise para as discussões iniciais (LIBÂNEO; PIMENTA, 2002, p. 12-15).

Um marco histórico importante para definir o movimento pela reformulação dos cursos de formação de educador foi a primeira conferência de educação sobre o Curso de Pedagogia e sobre os cursos de Licenciatura. Foram densas as discussões e também a mobilização de educadores, mas as iniciativas chegaram a resultado modesto; até 2002, não se tinha chegado a uma solução razoável para os problemas abordados, nem no âmbito oficial, nem no âmbito das instituições universitárias.

A discussão em torno da identidade do Curso de Pedagogia já apontava à necessidade de superar a fragmentação das habilitações no espaço escolar, propondo a sua superação através da valorização do pedagogo. Nesse sentido, o Curso de Pedagogia se alterou em relação à Resolução 262/69. Apesar de várias experiências alternativas tentadas por algumas instituições e pelo antigo CFE, que expediu alguns pareceres sobre currículos experimentais, em nenhum deles se apresentou algo como especificamente inovador (cf. 2002, p. 17-18).

Assim, o chamado Curso de Pedagogia teria como atribuição, ao lado de outra, a formação a nível superior de professores para as séries iniciais, do ensino fundamental. Com a supressão das habilitações (administração escolar, orientação, supervisão escolar, etc.), seriam alteradas apenas as denominações de algumas disciplinas.

Após a regulamentação da LDB n. 9394/96, e as regulamentações pelo Ministério da Educação e pelo CNE, houve mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino, no sentido de discutir a formação de profissionais da educação. Definiram-se opções por reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional etc. Segundo Pimenta, estas não seriam de todo necessárias. Segundo essa educadora, “faz-se necessária e urgente a definição implícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação, incluindo a definição dos locais institucionais do processo

formativo” (2004, p. 13-14). Sendo assim, reivindicava-se o ordenamento legal e funcional de todo o conteúdo do título VI da nova LDB (Ibid., p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, fica o seguinte resultado: o pedagogo ainda não conquistou o seu espaço e a sua identidade, e novas lutas se fazem necessárias para que conquistas reais venham a efetivar-se, em favor da categoria como em favor de uma realidade social aceitável por todos.

É preciso que os cursos de pedagogia preparem o profissional pedagogo nas múltiplas dimensões. Atendendo a questões teóricas e metodológicas e a questões de fundamentos legais, os Cursos de Pedagogia devem estar pautados por uma intencionalidade, uma política, uma epistemologia, e pela pesquisa calcada nos saberes pedagógicos. A mudança num Curso de Pedagogia não poderá levar ao vazio a ação docente, nem acontecer de novo conforme visões interessadas, que vieram sendo traçadas por concepções pragmatista, tecnicista, reprodutivista.

A pesquisa revelou que a insistência em que o pedagogo é por excelência o professor significa esvaziar sua formação, visto que o professor sozinho não dá conta do mundo atual do fazer pedagógico e extra-escolar. O pedagogo é mediador, é o articulador da multifacetada realidade político-pedagógica e escolar, e, nas suas ações e atribuições, é chamado primariamente a trabalhar, em muitos setores do âmbito educacional, a reverter os fenômenos de exclusão, repetência e mesmo de desigualdade social.

Resulta que o pedagogo pode fazer a diferença, seja por uma formação apuradamente crítica, seja pela assunção consciente e profissional da união indissociável entre ações políticas e pedagógicas. Para ele, não basta “interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. O pedagogo pode ajudar, e muito, a materializar a Tese XI de Karl Marx sobre Feuerbach (MARX; ENGELS, 1987, p. 14)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL; CONGRESSO NACIONAL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**: texto na íntegra. São Paulo: Editora Saraiva, s/d.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas: Papirus, 2003.

GIROUX, H. **Escola crítica e política cultural**. Trad. Dagmar L.M. Zibas. 2.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados,

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública**; a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

LIBÂNEO, J.C. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S.G. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-57.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1987.

PIMENTA, S.G. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

SOUZA, D. B.; CARINO, J. (Orgs.). **Pedagogo ou professor?** O processo de reestruturação dos cursos de educação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

VASCONCELLOS, I.J. Apresentação. In: SOUZA, D. B.; CARINO, J. (Orgs.). **Pedagogo ou professor?** O processo de reestruturação dos cursos de educação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.